

HABEAS CORPUS Nº 493.158 - RS (2019/0040861-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
BIBIANA ASCARI DO ESPIRITO SANTO BENTO DA SILVA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RODRIGO RODRIGUES DORO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de RODRIGO RODRIGUES DORO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Apelação n. 0058179-87.2018.8.21.7000).

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas), às penas de 4 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, bem como ao pagamento de 500 dias-multa.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, por maioria, deu parcial provimento ao recurso apenas para reduzir a pena de multa, em acórdão que restou assim ementado, *in verbis* (fl. 70):

TRÁFICO DE DROGAS. NULIDADE DO LAUDO PERICIAL PROVA. PROPÓSITO DE COMÉRCIO CONFIGURADO, CONDENAÇÃO. MINORANTE.

A Infração de que trato o regra contida no art. 33, caput, da Lei Antidrogas, não é caracterizada pela venda, tio-somente, resultando incriminadas diversas outras condutas, como as de simplesmente levar consigo ou ter em depósito a substância entorpecente, desde que com o propósito de comércio,

Desimporta, assim, ao efeito dc se acolher a pretensão acusatória, tenha o agente efetivado, ou não, a venda, mostrando-se suficiente, para tanto, que os elementos informativos evidenciem tal intento. E tanto ocorre no caso vertente, cm que o acusado, abordado, em zona onde corrente a narcotraficância, em razão de diligencia policial decorrente de denúncias, dispunha de droga especialmente nociva

(crack), além de numerário, revelando-se indubitável o propósito de comércio, mormente porque não dispunha de petrecho necessário ao consumo da substância entorpecente (cachimbo ou assemelhado)

Condenação mantida. Pena de multa redimensionada.

APELO PARCIALMENTE PROVIDO, POR MAJORIA.

Os embargos infringentes e de nulidade opostos foram desacolhidos (fls. 85/89).

No presente *mandamus*, a defesa sustenta a absoluta falta de provas para a condenação por tráfico de drogas. Busca a absolvição ou a desclassificação do delito de tráfico para o de porte para uso próprio. Aduz a ausência de fundamentos idôneos para a fixação do redutor no mínimo, sendo que o que o paciente é primário e a quantidade de droga apreendida é pequena. Alega que com a redução da pena o regime será readequado e possível a substituição da pena privativa por restritiva de direitos.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a concessão da ordem "*de modo a absolver o paciente. Subsidiariamente, requer a concessão da ordem para que seja desclassificado para o delito previsto no artigo 28 da Lei n.º 11.343/06, e deferido o quantum máximo de diminuição do §4º, do artigo 33, da Lei n.º 11.343/06, sendo alterado o regime de cumprimento e a pena privativa de liberdade substituída por penas restritivas de direito*" (fl. 15).

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

